



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

31 DE DEZEMBRO DE 2021

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
3 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
4 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
7 NOTAS EXPLICATIVAS	9 a 29
8 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	30 a 34

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantados em 31 de Dezembro de 2021 e 31 Dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		166.889	165.150
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	148.030	51.616
Clientes	6	15.180	104.599
Outros Créditos	8	91	6.082
Tributos Compensáveis	9	3.473	2.764
Despesas pagas antecipadamente	10	115	89
NÃO CIRCULANTE		646.785	540.102
Realizável a Longo Prazo		80.171	47.055
Tributos Federais a Restituir	12	1.301	1.246
Energia Eletrica - CCEE	25	-	-
Depósitos Judiciais	11	74	75
Tributos Diferidos	13	70.437	37.376
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
Imobilizado	14	359.431	347.373
Intangível	15	207.056	145.399
Direito de Uso de Ativos	16.1	127	275
TOTAL DO ATIVO		813.674	705.252

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantados em 31 de Dezembro de 2021 e 31 Dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		107.776	95.464
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	326	308
Fornecedores	18	4.737	2.269
Outras Obrigações Fiscais	19	3.579	1.570
Encargos Setoriais a Pagar	22	300	518
Pequisa e Desenvolvimento	21	975	8.376
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	97.756	82.278
Passivo de Arrendamentos	16.2	103	145
NÃO CIRCULANTE		746.843	596.298
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	746.843	596.158
Passivo de Arrendamentos	16.2	-	140
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(40.945)	13.490
Capital Social	25.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.2	255	255
Prejuízos Acumulados		(76.703)	(22.268)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		813.674	705.252

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Milhares de Reais)

	N.E	01.01.21 a 31.12.21	01.01.20 a 31.12.20
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	171.263	194.850
(-) Custos Operacionais	27	(90.978)	(61.551)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		80.285	133.299
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		4.107	(5.773)
Despesas Administrativas	28	(6.780)	(5.773)
Outras Receitas	28	10.887	-
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		84.392	127.526
RESULTADOS FINANCEIRO	29	(171.888)	(172.049)
Receitas financeiras	29	14.119	12.891
Despesas financeiras	29	(186.007)	(184.940)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(87.496)	(44.523)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		33.061	15.154
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	34.353	16.446
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	13	(1.292)	(1.292)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(54.435)	(29.369)
<i>PREJUÍZO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>(0,903)</i>	<i>(0,487)</i>

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.01.21	01.01.20
		a	a
		31.12.21	31.12.20
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(54.435)	(29.369)
Outros resultados abrangentes		-	-
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(54.435)	(29.369)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

NE nr.	Capital Social	Reservas de Capital	Recursos para Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
					Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos		
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	35.503	-	-	255	7.101	-	-	-	42.859
Prejuízo do Exercício de 2020	-	-	-	-	-	-	-	(29.369)	(29.369)
Dividendos distribuídos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	(8.358)	(8.358)
Absorção da reserva legal	-	-	-	-	(7.101)	-	-	7.101	-
Adiantamento a Acionistas	-	-	-	-	-	-	-	8.358	8.358
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	35.503	-	-	255	-	-	-	(22.269)	13.490
Prejuízo do Exercício de 2021	-	-	-	-	-	-	-	(54.435)	(54.435)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	35.503	-	-	255	-	-	-	(76.703)	(40.945)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(54.435)	(29.369)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	27 e 28	19.162	18.635
Amortização	27	11.444	9.119
Variações monetárias não realizadas	29	185.975	184.889
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(33.060)	(15.154)
Resultado de baixa do imobilizado		-	1
Ganhos na repactuação acordo GSF Lei 14052/2020		(9.647)	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	6	89.419	(56.637)
Outros créditos	8	5.991	(827)
Tributos compensáveis	9	(709)	(1.552)
Despesas pagas antecipadamente	10	(26)	-
Tributos federais a restituir		(55)	(1.246)
Depósitos judiciais		1	44
Energia Elétrica - CCEE		-	1.909
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	17	12
Fornecedores	18	2.468	(1.415)
Imposto de renda e contribuição social		-	(4.725)
Outras Obrigações Fiscais	19	2.009	177
Pagamento de direito de uso	22	(181)	(161)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	29	(83.244)	(70.184)
Pequisa e Desenvolvimento	21	(7.401)	736
Outras Contas a Pagar	22	(218)	164
Litígios regulatórios		-	(12.318)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		127.511	22.096
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	14	(31.087)	(187)
Adições no intangível	15	(8)	(21)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(31.095)	(207)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		-	(8.151)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	(8.151)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		96.415	13.738
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	51.616	37.878
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	148.031	51.616
Variação no caixa e equivalentes a caixa		96.415	13.738

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Períodos findos em 31 de Dezembro 2021 e 2020

	NE nr.	31/12/2021	31/12/2020		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	26	189.270	212.552		
Total		189.270	212.552		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Encargos de uso da rede elétrica	27	21.516	15.463		
Compra de Energia - MCP / CCEE			1.909		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	27	3.450	3.623		
Material, insumos e serviço de terceiros	27 e 28	12.131	14.806		
Outros insumos	27 e 28	420	523		
Total		37.516	36.323		
(=) Valor adicionado bruto		151.754	176.229		
(-) Depreciação e amortização					
	14 e 15	30.606	27.753		
(=) Valor adicionado líquido		97.169	148.476		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	29	14.119	12.891		
Outras Receitas		10.887	-		
Total		25.006	12.891		
Valor adicionado a distribuir		122.176	161.367		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	28	3.248		2.954	
Planos previdenciarios e assistencial	28	233		217	
Benefícios	28	355		343	
Encargos sociais - FGTS	28	850		743	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		4.686	3,8	4.258	2,6
Governo					
Federal	26	(14.193)		1.450	
Estadual	28	5		4	
Municipal	28	25		18	
Total		(14.163)	(11,6)	1.472	0,9
Terceiros					
Juros e variações monetárias	29	186.007		184.940	
Arrendamentos e aluguéis	28	81		67	
Total		186.088	152,3	185.007	114,6
Acionistas					
Lucro (Prejuízo) do período		(54.435)		(29.369)	
Total		(54.435)	(44,6)	(29.369)	(18,2)
		122.176	100,0	161.367	100,0

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	69,6
UHE – Fundão	120,168	65,8
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,9
	246,411	140,3

A Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada em 13 de dezembro de 2017, junto a 16ª vara da Justiça Federal do DF. Nesta ação, pleiteia-se a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Hidrelétricas – UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional – SIN. Então, conforme decisão proferida de maneira liminar pela justiça, a qual lhe garante a manutenção da liquidação integral da GF das UHEs (135,4 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Caso a decisão judicial seja revertida a entidade sofrerá uma redução de 2,6 MW médios em sua energia assegurada, com reflexos desde 1º de janeiro de 2018.

2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

O prazo inicial de vigência do contrato de concessão sofreu dois aditamentos durante sua execução, como reparação dos impactos financeiros sofridos pelas geradoras de energia hidrelétrica denominado GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), sendo que os novos prazos decorrem de legislação federal, com documentos de adesão firmado pela companhia, junto ao agente regulador, estendendo os prazos conforme segue:

Inicialmente, com a edição da Lei Federal nº 13.203/2015, a companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão que era 25 de outubro de 2036, para 28 de maio de 2037.

Ato seguinte, com a promulgação da Lei Federal nº 14.052/2020, a companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico, manifestado no Protocolo Digital Aneel nº 153 e 154, ambos de 30 de setembro de 2021, o qual estendeu em 1078 dias o prazo concessão da UHE Santa Clara, assim esta

concessão encontra-se vigente até 10 de maio de 2040, enquanto estendeu em 1110 dias o prazo concessão da UHE Fundão estendendo o prazo de concessão até 10 de junho de 2040.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a companhia realiza pagamentos de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais). Estes pagamentos são realizados a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então é corrigido monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da foram autorizadas pela Administração em 31/01/2022.

3.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de

classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<u>Ativo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e	Recebíveis	Custo
Equivalentes de Caixa		Amortizado
Créditos a	Recebíveis	Custo
Receber		Amortizado
<u>Passivo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros	Custo
	Passivos	Amortizado
Outras	Outros	Custo
contas a Pagar	Passivos	Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

4.6 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019

CPC 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos contas movimento		991	21
Aplicações financeiras de curto prazo		147.039	51.595
		148.030	51.616

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96,0% e 96,5% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a depender do montante e data de aplicação.

6. Clientes

Clientes	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31/12/2021
Suprimento - Copel Comercialização	1.128	-	-	1.128
Suprimento - Livres	14.052	-	-	14.052
CCEE	-	-	-	-
	15.180	-	-	15.180

As vendas da companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), acordos integralmente adimplentes no transcurso do exercício. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia câmara para cumprimento dos seus contratos.

A companhia não realiza PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias e contratuais, que impõem penalidades aos possíveis inadimplentes, além da constituição de garantias financeiras, mitigando o risco de crédito.

7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, operação e manutenção, planejamento energético, telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Comercialização S.A.	1.128	1.600
<u>Ativo não circulante</u>		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.508	2.508
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	2.265	1.327
Copel Geração e Transmissão S.A.	994	927
<u>Resultado</u>	31/12/2021	31/12/2020
Entidade sob controle em comum		
Suprimento de Energia		
Copel Comercialização S.A.	14.072	14.654
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(21.516)	(15.463)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(10.831)	(10.188)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(948)	(840)
Serviços de Telecomunicações		
Copel Telecomunicações S.A.	(115)	(105)

8. Outros Créditos

	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Serviços em Curso (*)		-	6.008
Almoxarifado de manutenção e operação		90	70
Adiantamento a empregados		-	2
Adiantamento a fornecedores		1	-
Devoluções de compras		-	2
		91	6.082

	Saldos em	30/09/2021	31/12/2020
Serviços em Curso (*)		-	6.008
Almoxarifado de manutenção e operação		91	70
Adiantamento a empregados		89	2
Adiantamento a fornecedores		101	-
Devoluções de compras		2	2
		283	6.082

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Tributos Compensáveis

Os tributos IRPJ e CSLL pagos por estimativa durante o exercício 2020, poderão ser compensados ou ressarcidos através de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação).

	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ pago por estimativa		1.580	1.580
CSLL pago por estimativa		914	914
Imposto de Renda retido fonte		860	270
PIS e COFINS		119	-
		3.473	2.764

10. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Seguro das usinas		114	88
Seguro sede administrativa		1	1
		115	89

A companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a Sompo Seguros com vigência até 11 de março de 2022, a qual prevê o Limite Máximo de Garantia R\$ 302.616 mil.

11. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2020	75
- Depósitos		-
- (Ressarcimentos)		(4)
- Atualização monetária		3
	31/12/2021	74

12. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2020	1.246
- Constituição		-
- Atualização monetária		55
	31/12/2021	1.301

A companhia impetrou o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, na qual pleiteou a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, neste momento a ação encontra-se em cumprimento de sentença favorável a empresa.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As contabilizações inerentes da adoção inicial as normas internacionais de contabilidade (IFRS), em conformidade com legislação tributária (Lei 11.941/2009) foram adicionados na apuração do Lucro Real, os quais estão sendo realizados no transcurso do período da concessão.

Com o advento da Lei 12.973/2014, a qual extinguiu o RTT (Regime Tributário de Transição), a Companhia optou pela adoção inicial dos seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, e, por conseguinte a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Junho de 2040, prazo final da concessão.

Ainda, contempla os valores da base de cálculo negativa e prejuízo fiscal, conforme segue:

	31/12/2020	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2021
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	16.446	34.353	-	50.799
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	21.062	(1.292)	-	19.770
	37.508	33.061	-	70.569
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros	(132)	-	-	(132)
- Créditos de Carbono	(132)	-	-	(132)
	(132)	-	-	(132)
Líquido apresentado no Balanço	37.376	33.061	-	70.437

14. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão, dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31/12/2020	Adições	Depreciação	Baixas	31/12/2021
Em serviço					
Reservatórios, barragens, adutoras	180.165	344	(9.364)	-	171.145
Máquinas e equipamentos	110.402	2.694	(6.748)	-	106.348
Edificações	37.142	-	(1.880)	-	35.262
Terrenos	15.914	63	(1.006)	-	14.971
Móveis e utensílios	129	33	(31)	-	131
	343.752	3.134	(19.029)	-	327.857
Em curso					
Custo	3.621	27953	-	-	31.574
	3.621	27.953	-	-	31.574
	347.373	31.087	(19.029)	-	359.431

(*) A companhia realiza a depreciação da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, bem como ao contrato de concessão nº 125/2001, o qual prevê que ao término do instrumento, os bens da entidade serão revertidos para União.

15. Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31/12/2020	142.179	-	3.220	-	145.399
Aquisições	73.093	-	-	-	73.093
Amortização UBP	(10.807)	-	-	-	(10.807)
Amortização GSF	(471)	-	-	-	(471)
Amortização - Outros	-	-	(158)	-	(158)
31/12/2021	203.994	-	3.062	-	207.056

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação através de extensão da concessão das outorgas vigentes aos titulares das usinas hidrelétricas por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação.

Em 1º de dezembro de 2020 foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em 14 de setembro de 2021 foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021, a qual definiu os prazos de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. Sendo que para as usinas constantes do CEFSC foram estabelecidos os prazos de 1078 dias para a UHE Santa Clara e de 1110 dias para a UHE Fundão.

Em 20 de setembro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se e aprovou por unanimidade a adesão à repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga prevista na Lei nº 14.052/2020, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia protocolou junto a ANEEL as cartas nº 153 e 154 formalizando o Termo de Aceitação que postergará o contrato de concessão da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundão até 10 de junho de 2040, sendo que os valores reconhecidos encontram-se destacados na rubrica aquisições.

16. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

16.1 Direito de Uso

	Imóveis		
	Aluguel	Juros a Incorrer	Total
31/12/2020	255	20	275
Depreciações	(133)	-	(133)
Amortizações	-	(15)	(15)
31/12/2021	122	5	127

16.2 Passivo de Arrendamento

Mutação do Passivo de Arrendamentos	31/12/2021	31/12/2020
Direito de Uso (Passivo Circulante)	103	145
Direito de Uso (Passivo Não Circulante)	-	140
Total	103	285

17. Obrigações Sociais e Trabalhista

Descrição	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar		7	9
Tributos retidos na fonte		100	90
Provisão de férias e 13º salário		219	209
		326	308

18. Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	Saldo 31/12/2021
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.265	-	-	-	2.265
Energia Mercado de Curto Prazo - CCEE	1.393	-	-	-	1.393
Materiais e Serviços - Copel GET	994	-	-	-	994
Materiais e Serviços	85	-	-	-	85
	4.737	-	-	-	4.737

19. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
PIS e Cofins		890	1.255
Tributos retidos na fonte		1.822	124
Previdência Social INSS		853	178
FGTS		14	13
		3.579	1.570

20. Encargos de Outorga Aneel

Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia efetuará o pagamento do UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é alterado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2020	82.278	596.158	678.436
Adições - Extensão da Concessão	-	63.446	63.446
Ajuste a valor presente	(5.638)	(441.294)	(446.932)
Variação monetária	21.116	611.777	632.893
Transferências	83.244	(83.244)	-
Pagamentos	(83.244)	-	(83.244)
31/12/2021	97.756	746.843	844.599

	Valor nominal	Valor presente
2022	103.394	97.756
2023	103.394	88.068
2024	103.394	79.341
2025	103.394	71.478
2026	103.394	64.395
2027	103.394	58.013
Após 2027	1.301.050	385.548
Totais	1.921.414	844.599

Em 30 de setembro de 2021 a companhia protocolou o Termo de Aceitação decorrente da Lei nº 14.052/2020, Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021, que tratam da repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundação até 10 de junho de 2040, conforme detalhado na NE nº 15.

Assim, o valor presente da dívida com a extensão da concessão referentes aos pagamentos do UBP (Uso do Bem Público) foram reconhecidos na rubrica Adições - Extensão da Concessão.

21. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.

Ainda, o Despacho ANEEL nº 904/2021 determinou o recolhimento à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos, na data base de 31 de agosto de 2020, e o estabelecimento dos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025. Neste caso, as empresas não relacionadas nesse Despacho (caso da Elejor), e que possuem a obrigação legal de investimentos em projetos de P&D, deverão informar sua situação à CCEE para recolhimento do percentual fixo de 30% sobre a receitas devidas aos programas de P&D.

Mutação	Circulante FNDCT	Circulante MME	Circulante P&D	Não Circulante	Total
31/12/2020	143	72	8.161	-	8.376
Constituições	668	334	668	-	1.670
Juros Selic	-	-	31	-	31
Recolhimentos	(702)	(352)	-	-	(1.054)
Conclusões	-	-	(6.146)	-	(6.146)
Repasse - Despacho 904/21 ANEEL	-	-	(1.902)	-	(1.902)
31/12/2021	109	54	812	-	975

22. Encargos Setoriais a Pagar

Encargo Setorial	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		300	518
		300	518

23. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

23.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

23.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2020	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	233	-	233
Amortizações	(233)	-	(233)
31/12/2021	-	-	-

24. Provisão para Contingências

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

O departamento jurídico emitiu relatório onde constam todos os processos judiciais onde a Companhia consta como polo ativo e/ou passivo, classificando as contingências como de “risco possível”, motivo pelo qual a administração não reconheceu as provisões nestas demonstrações financeiras.

A Tabela a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas no relatório, e adicionalmente os valores de passivos contingentes, porém sem provisões reconhecidas conforme as principais políticas contábeis estabelecidas no capítulo (4) item (4.4) destas notas explicativas.

Passivo Contingente R\$ Mil
--

Auto	Vara	Comarca	Tipo	Valor da Causa R\$ Mil	31/12/2021	31/12/2020
1. Cíveis					16.640	10.144
1.1. Direito Administrativo					50	965
1464.23.2015.8.16.0031	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação Indenizatória	1.250	-	200
5190.34.2017.8.16.0031	1ª Vara Cível	Guarapuava	Ação Indenizatória	750	50	765
1.2. Desapropriações e patrimoniais					16.590	9.179
000.2013.23.2021.8.16.031	1ª Vara Cível	Guarapuava	Ação Indenizatória	7.647	7.647	-
0000.207.28.2004.8.16.0134	1ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	502	2.244	2.244
53/2005	1ª Vara Cível	Pinhão	Ação de Desapropriação	43	55	97
55/2005	1ª Vara Cível	Pinhão	Ação de Desapropriação	29	-	194
107/2003	1ª Vara Cível	Pinhão	Ação de Desapropriação	58	325	325
368/2003	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	90	90	90
000395.98.2003.8.16.0031	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	810	6.228	6.228
454/2003	2ª Vara Cível	Guarapuava	Ação de Desapropriação	1	1	1
2. Regulatórias					31.664	-
1018438-81.2017.4.01.3400	TRF 1	Brasília - DF	Regulatória	316.408	31.664	-

A companhia ingressou com a Ação nº 1018438-81.2017.4.01.3400 na qual pleiteia a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que reduziu em 2,6 MW médios sua energia assegurada, tendo decisão proferida de maneira liminar pelo TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região que garantiu a manutenção da liquidação integral da GF (140,3 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Caso a decisão judicial seja revertida a entidade sofrerá uma redução de 2,6 MW médios em sua energia assegurada, com reflexos desde 1º de janeiro de 2018, esses recebimentos atualizados de acordo com a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, importaria num desembolso estimado de R\$ 31.664 mil.

25. Patrimônio Líquido

25.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 64ª AGE de 18/12/2018, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

25.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132.

Os certificados foram avaliados a € 1,70 (um euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

26. Receita Líquida

Descrição	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Geração		168.360	143.577
Venda de Energia UHEs - Convencional		157.247	133.074
Venda de Energia PCHs - Incentivada		11.113	10.504
Comercialização		20.910	68.975
Energia contabilizada na CCEE		20.910	68.975
Receita Bruta		189.270	212.552
Contribuição para PIS		(2.914)	(2.817)
Contribuição para COFINS		(13.423)	(12.980)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.670)	(1.905)
Deduções da Receita Bruta		(18.007)	(17.702)
RECEITA LÍQUIDA		171.263	194.850

27. Custos Operacionais

Descrição	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Materiais		(246)	(725)
Serviços de Terceiros		(9.735)	(10.935)
Depreciação		(19.000)	(18.473)
Amortização		(11.444)	(9.119)
Seguros		(713)	(460)
Compens. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos		(3.450)	(3.623)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(809)	(754)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(21.516)	(15.463)
Compra de Energia - MCP / CCEE		(23.978)	(1.909)
Outros custos		(87)	(90)
		(90.978)	(61.551)

28. Outras Despesas (Receitas) Operacionais

Descrição	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal		(2.584)	(2.342)
Administradores		(2.102)	(1.916)
Material		(62)	(58)

Serviços de Terceiros	(1.373)	(722)
Depreciação	(161)	(161)
Arrendamento e Aluguéis	(81)	(67)
Seguros	(2)	(1)
Tributos	(82)	(74)
Doações, Contribuições e Subvenções	-	(35)
Indenizações - Reassentamentos	-	(96)
Outras despesas	(333)	(301)
Ganhos Repactuação GSF	-	-
	(6.780)	(5.773)

Descrição	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas *		10.887	-
		10.887	-

(*) Outras receitas referem-se ao reconhecimento de ganhos com a repactuação do risco hidrológico (GSF), que resultou na extensão do direito de concessão do UBP (Uso do Bem Público) das usinas UHE Santa Clara e UHE Fundão no montante de R\$ 9.647, além da receita não recorrente no valor de R\$ 1.240 devido ao recebimento de indenização de sinistro na UG2 da UHE Santa Clara, ocorrido no segundo semestre de 2020.

29. Resultado Financeiro

	Saldos em	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		5.723	1.083
Juros e correções de tributos		60	34
CCEE Encargos de liquidação		8.328	11.680
Outras receitas		8	94
Subtotal		14.119	12.891
Despesas financeiras			
Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM		(83.244)	(70.184)
Encargos da concessão - UBP - AVP		(102.717)	(114.680)
Juros e correções - P & D		(31)	(51)
Juros Incorridos - Direito de Uso		(15)	(25)
Subtotal		(186.007)	(184.940)
Resultado Financeiro Líquido		(171.888)	(172.049)

Os Encargos de Concessão representam os desembolsos realizados com UBP, referenciados na NE nº 20, além da atualização monetária sobre o saldo da dívida de concessão em conformidade com a variação do IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado a valor presente.

30. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2021 a 11.03.2022	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundão	586	302.616
SOMPO SEGUROS	19.05.2021 a 19.05.2022	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.438
Total				588	304.054

31. Continuidade Operacional

O Contrato de Concessão nº 125/2001 trata da outorga do CEFSC – Complexo Energético de Fundão e Santa Clara tendo como concessionária de produção independente de energia a Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão, o instrumento contratual em sua cláusula VI prevê que a Companhia pagará para União a título de Uso do Bem Público (UBP) a quantia anual de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), sendo este valor corrigido a cada 12 (doze) meses de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

O **Gráfico 1**, apresenta a série histórica de 10 (dez) anos do IGP-M/FGV, demonstrando uma elevação do índice no biênio (2020 e 2021), onde foram apurados 23,14% (vinte e três vírgula quatorze pontos percentuais) e 17,78% (dezessete vírgula setenta e oito pontos percentuais) respectivamente, valores bem acima, ao período (2012 a 2019) onde a média do índice foi de 6,13% (seis vírgula treze pontos percentuais).



Gráfico 1 – Série histórica do IGP-M Acumulado dos anos 2012 a 2021

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia reconheceu contabilmente a extensão do prazo do Contrato de Concessão nº 125/2001, que originalmente previa 35 (trinta e cinco) anos de outorga, contado a partir da data de sua assinatura, encerrando-se originalmente em 25 de outubro de 2036.

A promulgação da Lei Federal nº 14.052/2020, tratou da repactuação do risco hidrológico, resultando na extensão dos prazos de concessão da UHE Santa Clara e UHE Fundão, que passaram a findar respectivamente em 10 de maio de 2040 e 10 de junho de 2040, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato, inclusive aquela que trata do pagamento do Uso do Bem Público (UBP) resultando na contabilização do acréscimo deste passivo oneroso pelo prazo estendido.

Com a elevação do IGP-M e o reconhecimento da extensão do prazo de concessão, atualizou-se o saldo devedor das parcelas vincendas passivas do UBP para o período (2022 a 2040), conforme detalhado na N.E. nº 20, onde o saldo devedor dos Encargos de Outorga Aneel que era de R\$ 678.436 mil em (31/12/2020), passou a ser de R\$ 844.599 mil em (31/12/2021), uma elevação de R\$ 166.163 mil no endividamento, sem a redução das disponibilidades.

Ao contrário, as disponibilidades no exercício saltaram para R\$ 148.030 mil em (31/12/2021), ante um valor de R\$ 51.616 mil no balanço anterior, resultando num aumento de 186,79% (cento e oitenta vírgula setenta e nove pontos percentuais), conforme demonstrado na N.E. nº 05, valores confortáveis para manutenção das atividades em curto e médio prazo, considerando que a companhia não verifica inadimplência por parte de seus clientes, dado as regras contratuais e regulatórias.

A Companhia com exceção dos exercícios 2020 e 2021, onde percebeu-se um prejuízo contábil de R\$ 29.369 mil e R\$ 54.435 mil respectivamente, dado os impactos dos eventos supracitados, tem um histórico de resultados positivos, resultando num acumulado de lucros no período (2012 a 2019) de R\$ 385.348 mil, uma média de R\$ 48.169 mil, conforme **Gráfico 2**.



Gráfico 2 – Série histórica dos Resultados da Elejor de 2012 a 2021

A companhia não possui endividamentos de longo prazo, exceto aquele derivado do contrato de concessão que lhe concede o direito de exploração dos benefícios econômicos do complexo. A última dívida ocorreu na 2ª emissão de debentures, em setembro de 2013 com captação de R\$ 203.000 mil, liquidada integralmente com recursos próprios advindos da operação comercial do empreendimento.

Por último, em virtude das análises acima detalhadas nossas demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da empresa. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

32. Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.

A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

33. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos contas movimento	5	991	991	21	21
Aplicações financeiras	5	147.039	147.039	51.595	51.595
Custo Amortizado					
Clientes	6	15.180	15.180	104.599	104.599
Total dos ativos financeiros		163.210	163.210	156.215	156.215
Passivos financeiros					
Total dos passivos financeiros		-	-	-	-

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo das aplicações financeiras de curto prazo:

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/2021	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,5	10/05/2021	14/04/2026	Custo amortizado	3.573	3.573
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,5	11/05/2021	15/04/2026	Custo amortizado	14.071	14.071
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,5	09/06/2021	14/05/2026	Custo amortizado	12.508	12.508
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,5	10/06/2021	15/05/2026	Custo amortizado	697	697
CDB - Caixa Econ.Fed.	96	08/07/2021	12/06/2026	Custo amortizado	16.047	16.047
CDB - Caixa Econ.Fed.	96	09/07/2021	12/06/2026	Custo amortizado	405	405
CDB - Caixa Econ.Fed.	96	06/08/2021	10/07/2026	Custo amortizado	22.801	22.801
CDB - Caixa Econ.Fed.	96	09/08/2021	14/07/2026	Custo amortizado	14.833	14.833
CDB - Caixa Econ.Fed.	96	09/09/2021	14/08/2026	Custo amortizado	14.830	14.830
CDB - Caixa Econ.Fed.	96	10/09/2021	14/08/2026	Custo amortizado	6.611	6.611
CDB - Caixa Econ.Fed.	96	08/10/2021	11/09/2026	Custo amortizado	14.370	14.370
CDB - Caixa Econ.Fed.	96	09/11/2021	14/10/2026	Custo amortizado	17.768	17.768
CDB - Caixa Econ.Fed.	96	08/12/2021	12/11/2026	Custo amortizado	8.524	8.524
					147.039	147.039

34. Impactos do COVID-19

A companhia monitora os impactos da pandemia global em função do coronavírus, que causa a doença denominada Covid-19.

Os possíveis impactos financeiros são acompanhados pela administração, especialmente na manutenção de valores disponíveis de caixa e equivalentes, considerados confortáveis. Além, disso, faz o acompanhamento dos contratos de recebíveis bilaterais (CCVEE), os quais encontram-se adimplentes em sua totalidade, com acompanhamento mensal do Fluxo de Caixa Previsto *versus* Realizado.

35. Eventos Subsequentes

A diretoria declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

João Biral Junior
Diretor Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas e aos Conselheiros da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
Curitiba - PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade Operacional

Conforme demonstrado no balanço patrimonial, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 40.945 mil no exercício.



Russell Bedford

taking you further

Chamamos a atenção para o conteúdo da Nota Explicativa nº 31, que descreve que, em 30 de setembro de 2021, a Companhia reconheceu contabilmente a extensão do prazo do Contrato de Concessão nº 125/2001, que originalmente previa 35 anos de outorga, contado a partir da data de sua assinatura, encerrando-se originalmente em 25 de outubro de 2036. Com a elevação do IGP-M e o reconhecimento da extensão do prazo de concessão, atualizou-se o saldo devedor das parcelas vincendas passivas do UBP para o período (2022 a 2040), onde o saldo devedor dos Encargos de Outorga Aneel que era de R\$ 678.436 mil em 31 de dezembro de 2020, passou a ser de R\$ 844.599 mil em 31 de dezembro de 2021, uma elevação de R\$ 166.163 mil no endividamento, sem a redução das disponibilidades. A Elejor, com exceção dos exercícios 2020 e 2021, em que obteve um prejuízo contábil de R\$ 29.369 mil e R\$ 54.435 mil, respectivamente, dado os impactos dos eventos supracitados, tem um histórico de resultados positivos, resultando num acumulado de lucros no período (2012 a 2019) de R\$ 385.348 mil, uma média de R\$ 48.169 mil. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da empresa. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.



Russell Bedford

taking you further

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE

OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.02.18 10:17:05 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico